

Plano diretor comprometido

MUDANÇA DE DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS E ALTERAÇÕES DE GABARITOS DE PRÉDIOS PREOCUPAM SECRETARIA DE HABITAÇÃO. PROJETOS FORAM APROVADOS PELA CÂMARA LEGISLATIVA

Denise Arruda

As terras públicas do Distrito Federal sempre estão incluídas nas pautas de votação da Câmara Legislativa. A ocupação adequada do solo merece atenção especial para que a população e a estrutura da cidade não sejam prejudicadas por um planejamento ineficaz. Na última semana, os parlamentares se reuniram para analisar 77 projetos vetados pelo governador Joaquim Roriz. Dessa lista, 12 vetos foram derrubados, dos quais cinco tratavam de mudanças em destinação de terras públicas e alterações de gabaritos de prédios.

Essa decisão preocupou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh). "Muitos vetos do governador que tratam de ocupação das terras do Distrito Federal foram orientados pela Secretaria. A necessidade de se ter um estudo detalhado para só então alterar a destinação das áreas

públicas são os principais motivos dessa decisão", explicou Ivelise Longhi, secretária de Habitação.

Os projetos de lei mais polêmicos aprovados pela Câmara são os de número 1.628/2002 e 1.629/2002, de autoria do deputado João de Deus (PPB). O primeiro altera a destinação de um lote de 768 metros quadrados na quadra 210 de Santa Maria de uso comercial para construção de um posto de gasolina. O segundo também muda a categoria de ocupação do solo em uma área de 10 mil metros quadrados em Ceilândia.

A secretária de Habitação disse que decisões como essa podem atrapalhar a estrutura das cidades. "Mudanças no uso do solo devem atender os estudos realizados pelo Executivo. Ceilândia, por exemplo, tem um plano diretor que deve ser respeitado e observado antes de se alterar qualquer ocupação de terras", informou Ivelise Longhi. Segundo a secretária, os prejuízos para a co-

munidade podem ser irrecuráveis. "O embasamento técnico feito pelo Executivo garante o sucesso de uso e determinado terreno. Para alterar o gabarito de um prédio, por exemplo, deve ser estudada qual a demanda por energia elétrica e água essa mudança vai acarretar", informou.

Ivelise Longhi acrescentou também que um de seus trabalhos na Câmara será implementar uma comissão de desenvolvimento urbano para que os deputados tenham maior embasamento na hora de elaborar projetos como esse. "Eles têm competência para votar, mas devem apresentar um estudo de viabilidade técnica para só então pensar em apoiar mudanças tão delicadas para o Distrito Federal". Pode ser até que a alteração do uso dessas terras não ofereça perigo para a estrutura das cidades. "Mas para não se correr o risco, continuo insistindo na importância de estudos de impacto social", disse a secretária.



Ivelise: decisões afetam a cidade

Thyago Arruda